PROJETO DE LEI
(Do Sr. Chico Lopes)

Altera a Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Acrescentem-se o seguinte artigo 39-A a lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003:

Art. 39–A. As companhias aéreas comerciais ficam obrigadas a conceder desconto de 50% (cinquenta por cento) na emissão de passagens aéreas aos idosos a partir de 60 (sessenta) anos.

§1º - O benefício será concedido mediante a apresentação de qualquer documento pessoal que comprove a idade por ocasião da compra do bilhete em lojas da companhia aérea ou em agências de viagem.

§2º - As companhias aéreas reservarão pelo menos 5% (cinco por cento) das vagas de cada voo para o benefício de que trata o caput deste artigo, desde que o bilhete seja adquirido com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, inseriu no ordenamento jurídico ampla proteção aos direitos das pessoas da terceira idade ou melhor idade, com finalidade de que tais direitos sejam efetivamente respeitados pela sociedade brasileira.

A Constituição Federal de 1988 em seu Título I, estabelece os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre eles, o direito a **cidadania e a dignidade da pessoa humana**, definindo como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Vejamos o que diz textualmente os artigos 1º e 3º da nossa Carta Magna Federal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos;

...

II- a cidadania;

III-a dignidade da pessoa humana;

...

(grifo nosso)

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I- construir uma sociedade livre, justa e solidária;

...

IV –promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor., idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(grifo nosso)

Dessa forma, a entrada em vigor da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, mais conhecida como Estatuto do Idoso, só veio reforçar ainda mais os direitos constitucionais plenamente consagrados pela Constituição de 1988.

Esse importante instrumento de amparo e proteção ao idoso, garante seus direitos em várias áreas, como distribuição de medicamentos, prioridade na tramitação de processos na justiça, educação, cultura, esporte e lazer, além do transporte coletivo.

Neste sentido, não poderíamos esquecer do desconto de 50% (cinquenta por cento) nas passagens aéreas, possibilitando ao cidadão idoso a possibilidade da realização de viagens com maior conforto e rapidez, seja como incentivo ao lazer ou por uma necessidade eventual.

Face ao exposto, considerando a relevância dessa iniciativa, conclamamos aos nobres pares para a aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Sessões em 24 de outubro de 2007

Deputado CHICO LOPES
PCdoB/CE